



**BOLETIM 46**

**Brasília, 20 de janeiro de 2016**

## **Banco Central pode aumentar de novo, hoje, a taxa de juros**

O Comitê de Política Monetária – COPOM, do Banco Central, está reunido desde ontem para discutir se eleva ou não a atual taxa básica de juros, a Selic, que se hoje em 14,25%, a mais alta de nossa trajetória econômica e considerada a mais elevada do mundo.

A avaliação de diversos especialistas é de que, apesar das pressões em contrário, haverá um novo aumento da taxa de juros, em razão do aumento da inflação. Alguns preveem um aumento para 14,50% e outros para 14,75%. Ou seja, a discussão deverá se concentrar se o aumento será de 0,25% ou 0,50%, mas há, também, os que defendem a manutenção do atual patamar, que já é bastante elevado.

O fato é que o governo mantém, com isso, sua estratégia de usar a taxa de juros como principal instrumento de combate à inflação, o que não deu certo nesses últimos anos, gerando recessão e desemprego. E própria inflação, cujo centro da meta para 2015 estava em 6,5%, passou de 10% segundo dados oficiais e continua subindo.

oram gastos com juros de janeiro a novembro de 2015 R\$ 449,7 bilhões, 70% a mais do que o total de recursos públicos destinados para bancos e demais rentistas no mesmo período de 2014, de R\$ 264,2 bilhões. Esses R\$ 449,7 bilhões representam 8,31% do PIB brasileiro, que

é a soma de todas as riquezas produzidas no país no período, que foi de R\$ 5,4 trilhões.

Essa linha do governo de praticar as taxas de juros mais elevadas do planeta, a pretexto de combater a inflação, provocou um desequilíbrio de tal ordem na economia brasileira cujos resultados foram verificados no ano passado, com reflexos negativos para o crescimento da economia e a geração de empregos.

As Centrais Sindicais e demais organizações sociais estão organizando, hoje, uma série de manifestações nas sedes do Banco Central em vários estados da Federação com o objetivo de protestar contra as altas taxas de juros praticadas pelo governo, pois uma das consequências da adoção desse remédio contra a inflação tem sido a recessão e, conseqüentemente, o desemprego entre os trabalhadores.

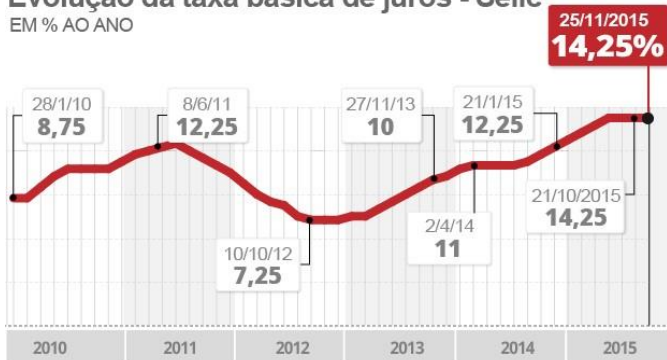
*Fonte: Comunicação CONTRICOM*

## **BC define juros sob forte pressão; mercado prevê aumento**

Sob forte pressão, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central faz nesta quarta-feira (20) a segunda parte da primeira reunião de 2016 e poderá retomar o processo de alta da taxa básica de juros da economia brasileira, atualmente em 14,25% ao ano. A previsão da maior parte do mercado financeiro, refletida na curva de juros do mercado futuro, um tipo de aposta dos bancos, é de um aumento de 0,25 ponto percentual, para 14,5% ao ano.

## Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



Fonte: Banco Central do Brasil

GI.com.br

Infográfico atualizado em 25/11/2015

Entretanto, há analistas que não descartam a possibilidade de a autoridade monetária manter os juros estáveis por conta da desaceleração da China e da queda do preço do petróleo – que se refletem no nível de atividade da economia mundial e, teoricamente, geram menos pressões inflacionárias. Com ou sem aumento, a taxa de juros seguirá no maior patamar em quase dez anos, ou seja, desde meados de 2006. A decisão do Copom será anunciada nesta noite.

### Mudança de aposta

Até o início desta semana, os economistas dos bancos acreditavam que o Copom teria uma postura mais agressiva, elevando a taxa Selic em 0,5 ponto percentual na reunião de janeiro deste ano, para 14,75% ao ano. Para embasar suas apostas, levavam em conta a sinalização dada pelo BC no começo deste mês, quando informou que "adotará as medidas necessárias de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos do regime de metas [de inflação]".

Essa percepção se alterou nesta terça-feira (19), quando o Banco Central rompeu o tradicional silêncio que antecede os encontros do Copom para dizer que considerou "significativas"

as revisões das projeções de crescimento em 2016 e 2017 do FMI para o Brasil [para baixo] e acrescentou que estas informações seriam "consideradas nas decisões do colegiado". O mercado entendeu o recado como uma forma de sinalizar uma alta menor dos juros, ou até mesmo a manutenção no atual patamar de 14,25% ao ano.

"Num movimento atípico o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, bagunçou o meio de campo na véspera do Copom. Ao anunciar que irá considerar as projeções do FMI na decisão do colegiado do BCB ele diz nada e ao mesmo tempo tudo", avaliou André Perfeito, da Gradual Investimentos. Em sua opinião, embora o BC não precisasse subir juros por conta do "ajuste recessivo em curso", não fazê-lo seria lido pelo mercado neste momento como um sinal de "fraqueza".

Para o ex-diretor do Banco Central, Alexandre Schwartzman, sócio da consultoria Schwartzman & Associados, "jabuti não sobe em árvore". "Porque o BC ia comentar uma atualização das projeções do FMI? Tudo bem. Piorou, até mais do que o consenso do mercado, mas não tão mais. É muito ruim, mas que a gente já conhecia. Imagino que o Tombini também", disse ele, que passou a apostar em Selic estável ou uma alta menor, de 0,25 ponto percentual nesta quarta-feira.

A linha de raciocínio é que, com uma retração maior da economia neste ano [FMI prevê queda de 3,5% para o PIB brasileiro em 2016] e um crescimento zero em 2017, teoricamente haveria menos pressões inflacionárias. O Banco Central tem dito que, após a disparada da inflação para 10,67% em 2015 – a maior em 13 anos – trabalha para o trazer o IPCA para dentro dos



limites do sistema de metas neste ano (até 6,5%) e para um patamar próximo da meta central de 4,5% em 2017.

### **Recessão, desemprego**

Em um cenário de forte queda da atividade econômica em 2015, com a previsão do mercado de retração do PIB da ordem de 3,75% no ano passado, a maior em 25 anos, seguida por uma contração também significativa neste ano (por volta de 3%, segundo previsão do mercado), e com o aumento do desemprego, podendo superar 10% neste ano, a decisão do Copom sobre a taxa de juros está cercada de fortes pressões políticas.

Tanto o presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, quanto os representantes das centrais sindicais e do setor produtivo têm se manifestado sistematicamente contra uma nova alta de juros por parte do Banco Central. No fim do ano passado, Falcão pediu propostas para retomar o crescimento econômico, garantir o emprego e preservar a renda e os salários. "Chega de altas de juros e de cortes em investimentos", declarou ele, em artigo.

As centrais sindicais fizeram ato nesta terça-feira na frente do Banco Central de São Paulo contra um novo aumento de juros. A Força Sindical avaliou que um novo aumento de juros contribuiria para o "aumento da recessão e do desemprego, atingindo a indústria nacional, reduzindo a produção e provocando, até, a insolvência das empresas (desindustrialização)".

Em artigo publicado no fim do ano passado, intitulado "Para vencer a Crise", o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) pede redução da Selic e avalia que juros "extraordinariamente elevados na atualidade, constituem barreiras intransponíveis

ao crescimento". Nesta semana, divulgou um documento na qual avalia que a crise é "generalizada" no setor produtivo.

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Alencar Burti, as indicações de que o BC poderá iniciar um novo ciclo de alta dos juros são "motivo de grande preocupação". Segundo ele, isso poderia "agravar a recessão e afetar duplamente as contas públicas, pela queda da arrecadação fiscal e pelo aumento dos encargos da dívida pública, sem ganho significativo, se é que haverá algum, sobre o combate à inflação". "É um equívoco neste momento", concluiu.

### **Inflação segue pressionada**

Apesar dos impactos de uma nova alta dos juros sobre a produção e o emprego, economistas observam que a inflação segue pressionada no começo deste ano e que o instrumento mais eficaz do Banco Central para tentar controlá-la é justamente a taxa básica de juros.

No começo de 2016, 20 estados e o Distrito Federal promoveram aumentos de tributos, como o ICMS, além de alta de impostos sobre computadores e bebidas implementada pelo governo federal. Também foram registradas elevações nos preços de tarifas de transportes públicos em vários estados. O dólar, por sua vez, vem apresentando novo aumento no começo de 2016. Todos estes fatores podem pressionar a inflação.

Além disso, após um rombo recorde de mais de R\$ 100 bilhões nas contas públicas em 2015, o mercado financeiro não acredita na capacidade de o setor público atingir a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida pública) de R\$ 30,5 bilhões em 2015, ou 0,5% do PIB. A previsão do mercado é de um





déficit de 1% do PIB, de cerca de R\$ 60 bilhões, neste ano. Sem a retirada destes recursos da economia, eles poderiam impulsionar a inflação. Para 2016, a expectativa do mercado financeiro, colhida na semana passada pelo próprio Banco Central, é de que o IPCA some 7%, ou seja, acima novamente do teto do sistema de metas de inflação - algo que o Banco Central busca evitar a qualquer custo.

"Acho que o BC está em uma situação terrível. Tem gente que fala que o aumento de juros não tem mais efeito sobre a inflação, um cenário conhecido como 'dominância fiscal', mas não dá para ter certeza. Se o BC estiver seguindo a lógica do sistema de metas, ele é bem claro: tem que minimizar as expectativas de inflação e não deixá-las desancorar da meta. Se eu fizesse parte do Copom, eu manteria a taxa de juros ou aumentaria naquele menor patamar, em 0,25 ponto percentual", avaliou o professor de Economia da Universidade Federal de Pelotas, Claudio Shikida, pesquisador da política monetária.

Para o economista Alexandre Schwartsman, a teoria de que a recessão vai "tomar conta" da inflação só funciona se as previsões de inflação estiverem "ancoradas" com as metas do governo, o que não acontece atualmente. "O BC vai ter que subir os juros. Se não subir agora, lá na frente o problema vai ficar pior. Em 2011, [o BC] poderia ter trazido a inflação para a meta com menos esforço. Agora vai ter que subir mais os juros", avaliou o ex-diretor do Banco Central.

*Fonte: Portal G1*

## Emergentes registram fuga de capitais

Os mercados emergentes registraram saída líquida de capital de US\$ 735 bilhões em 2015, mais do que o esperado, ante 111 bilhões em 2014. A expectativa é de que tenha em 2016 saídas incluindo erros e omissões de US\$ 448 bilhões, de acordo com relatório do IIF divulgado nesta quarta-feira (20).

O grupo afirmou que fortes saídas da China, que refletem preocupações com a moeda e crescimento, são o principal fator por trás das perdas em 2015. A China teve fuga de US\$ 676 bilhões em 2015, de acordo com o IIF.

"Mas a fraqueza vai bem além da China já que temos visto uma fuga persistente de capital de portfólios de uma ampla faixa de mercados emergentes, com os investidores cada vez mais preocupados com as perspectivas de crescimento e alto endividamento corporativo", disse o diretor-gerente e economista-chefe do IIF Charles Collyns.

A organização afirmou que Brasil, Turquia e África do Sul são alguns dos países mais vulneráveis à contínua redução nos mercados emergentes devido à fraqueza na política macroeconômica, altos níveis de dívidas corporativas em moeda estrangeira e significativos déficits de conta corrente.

*Fonte: Portal G1*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**